

RESPOSTA BANCA EXAMINADORA

A questão de número 15 não deve ser anulada porque os fatos históricos necessitam ser interpretados e compreendidos a partir dos seguintes aspectos:

1 – Desde fins do século XVI e início do século XVII, ingleses, holandeses e franceses começaram a explorar as riquezas do vale Amazônico. A ordem para a fundação do núcleo do presépio em Belém pela coroa portuguesa bem como a fundação do forte do Caeté, localizado em uma ilha próxima à sede de Bragança, bem como os demais fortes construídos no vale amazônico encontrava explicação, em parte, no propósito lusitano de limpar a região da presença desses estrangeiros bem como para documentar a existência da soberania portuguesa (REIS, 1942, p. 19). **Na história do Brasil, não é a interferência desses estrangeiros que dá início ao povoamento na Amazônia.**

2 – Realmente, em 1622, o Rei dom Felipe III da Espanha concedeu ao Governador geral do Brasil, Gaspar de Sousa, a capitania do Gurupi (CRUZ, 1963, p. 704). Em 1627 Gaspar de Sousa criou novas capitanias, entre elas, a do Caieté, concedida a seu filho Álvaro de Sousa (REIS, 1942, p.25).

Essa experiência feudal foi um fracasso porque essas capitanias foram abandonadas por seus donatários e não foram, portanto, ocupadas, de forma que, no século XVIII, o governo lusitano incorporou-as ao patrimônio real (REIS, 1942, p.25; 57; 58).

Em meados do século XVIII, de posse de um poder absoluto e único, Marques de Pombal tirou os índios da influência dos missionários jesuítas. Nesse mesmo período, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Pombal, pôs em execução o ato régio que dava ao índio a condição social e política de cidadão. **Mendonça Furtado também elevou esses antigos aldeamentos de missionários à condição de povoado onde passou a funcionar uma câmara Municipal, cujos vereadores eram os próprios índios. Nestes povoados havia apenas um colono que funcionava como diretor ou soldado** (REIS, 1942, p. 59). O objetivo das câmaras era o controle das atividades dos cidadãos indígenas (VASCONCELOS, 1997).

Para garantir o desenvolvimento de atividades econômicas como o extrativismo e a agricultura, desembarcaram em Belém, a partir da segunda metade do século XVIII, alguns milhares de casais açorianos. Porém, o número de imigrantes açorianos continuou a crescer até a segunda década do século XIX. Daí uma orientação nova à política de povoamento, que constou do aproveitamento da mulher indígena para constituir família com o europeu. **Portanto, somente a partir do século XIX, a miscigenação patrocinada pelo Estado facilitou o surgimento dos núcleos populacionais e conseqüentemente o aumento da população** (REIS, 1942, p. 61; 62).

De qualquer forma, durante o século XVIII “foram fincados os primeiros marcos da colonização” onde, posteriormente, seria fundado o povoado de Sousa do Caeté, a margem direita do rio Caeté (CRUZ, 1963, p. 704).

No entanto, a atual cidade de Bragança foi ereta na margem esquerda do Caeté, onde teria existido, segundo os cronistas da época, uma aldeia dos índios Tupinambás. Coube a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador e Capitão General do Grão Pará, criar e dar denominação ao povoado em 1753 (CRUZ, 1963, p. 704) de acordo com as condições já explicitadas acima. Por outro lado, Cruz (1955, p. 62) argumenta que não foi por este local que passou a estrada de Bragança, de que falam os cronistas, quando se referem à ligação terrestre entre o Pará e o Maranhão, nos idos do século XVII, quando Portugal lançava as bases do seu domínio na Amazônia. Acrescenta o autor que foi **“somente no século XIX, com a construção da via férrea bragantina, [...] [que] os açorianos lançaram os fundamentos de um promissor povoado”** (CRUZ, 1955, p. 62; 63).

3 – Quanto aos prédios históricos do município de Bragança:

A igreja católica foi pioneira em serviços educacionais, ou mais precisamente na catequese, convertendo os índios em suas aldeias à cristandade e modificando o sistema de vida que vivia. Mandado retirar os jesuítas, Mendonça Furtado instituiu o ensino oficial aos índios na segunda metade do século XVIII. Nesse período, a língua portuguesa era hostilizada pelos índios. Nesse contexto, Mendonça Furtado impôs a adoção do idioma europeu que, todavia, só muito lentamente foi ocupando o lugar dos linguajares nativos (REIS, 1942, p. 32; 60; 61).

Em 1753, Bragança foi transformada em freguesia, com o nome de Nossa Senhora do Rosário. As freguesias nessa região foram criadas na segunda metade do século XVIII, nos aldeamentos indígenas, porque as mesmas tendiam ao desaparecimento. Para que as mesmas não fossem extintas, o Governo mandava construir igrejas para atrair povoação (DUBOIS, 1949).

Em 1754, a freguesia de Bragança foi elevada à categoria de vila, com o nome de Vila Nossa Senhora do Rosário de Bragança. Cem anos depois, em 1854, a Resolução nº 252, sancionada pelo presidente da Província, conselheiro Sebastião do Rego Barros, elevou à categoria de cidade a antiga Vila de Bragança (CRUZ, 1963, p. 705).

A conformação da cidade de Bragança seguiu, portanto, os fundamentos dos principais agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial, ou seja, a Igreja e o Estado.

A Igreja, ligada ao Estado pelo estabelecimento do padroado, teve papel determinante na conformação das cidades, pois, definia a localização das paróquias onde se desenvolveria as freguesias. A maior importância do Estado, junto com a ação da Igreja, era a construção do sistema defensivo como os fortes e armazéns. Essas construções objetivavam definir os núcleos urbanos que, juntamente com os conventos, serviam como pólos de atração para o crescimento das cidades (VASCONCELOS, 1997, p. 251-270).

Portanto, o comando da questão não está equivocado porque a partir de 1634, ou mais precisamente nos séculos XVII e XVIII não se pode ainda falar em origem do núcleo de Bragança, muito menos de povoado, conforme explana a candidata.

4 – No final do século XIX, o ambiente dos núcleos de colonização agrícola abertos na zona Bragantina não oferecia as condições almejadas pelos exigentes imigrantes açorianos. Nesse contexto, a partir de 1895 o Governo do Estado do Pará autorizou a introdução de 38.000 imigrantes europeus e 3.000 imigrantes japoneses (CRUZ, 1963, p. 707).

Na década de 1930 os japoneses introduziram a cultura da pimenta-do-reino na zona Bragantina, principalmente entre Belém e Castanhal, no entanto, foi em Tomé-Açú, município da zona Guajarina, que os japoneses concentraram a cultura da pimenta. Os japoneses também foram responsáveis pela introdução do cultivo da juta no vale médio do rio Amazonas, entre Santarém no Pará e Manacapuru no Estado do Amazonas (CARDOSO, 1977, p. 44-46). **Portanto, a presença de imigrantes japoneses como responsáveis pela origem do núcleo de povoamento em Bragança no século XIX não tem fundamento.**

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

CARDOSO, Fernando H. & MULLER, Geraldo. **Amazônia: expansão do capitalismo**. São Paulo, 1977.

CRUZ, Ernesto. **História do Pará**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1963, vol. 1 (Coleção Amazônica, Série José Veríssimo).

_____. **A estrada de ferro de Bragança: visão social, econômica e política**. Belém: SPEVEA, 1955.

DUBOIS, Padre Florêncio. **Salinópolis (ex-Salinas):** praia balnear oceânica. 1949. 110 f. Ensaio Monográfico, Belém, 1949.

REIS, Arthur C. Ferreira. **Síntese da história do Pará.** Belém: Amazônia edições culturais Ltda – AMADA, 1942. 157 p.

VASCONCELOS, Pedro de A. **Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial.** In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.). Explorações Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.